

# Os aumentos que prejudicam o país

*Plano Brasil*  
**Celso Hahne**

Em sucessivos encontros com empresários, o ministro Mailson da Nóbrega reiterou a intenção de estabilizar a inflação nos níveis atuais, mantendo a mesma política do início de sua gestão — o *arroz com feijão* — com juros elevados e redução do déficit público. Esse binômio volta a ser articulado com uma inflação de 30% ao mês, e não mais de 15%, de quando o ministro da Fazenda assumiu o cargo.

É importante, sem dúvida, a conscientização do setor empresarial da responsabilidade, no momento, pela manutenção do parque produtivo. O próprio ministro reforçou a relevância da atuação empresarial nesses encontros ao mostrar alguns dos mais recentes resultados da economia que afastam o país da hiperinflação, pelo menos por enquanto.

A arrecadação tributária, por exemplo, superou em 20% a previsão da Receita Federal, o déficit do Tesouro sofreu redução de 35% em relação ao ano passado e o superávit recorde da balança comercial facilitou a aproximação da meta de um saldo de US\$ 16 bilhões para este ano. Outras novidades positivas foram apresentadas aos empresários numa tentativa de se reverter a ameaça de explosão de preços.

Mas, a crescente disputa entre setores tem contribuído para que os preços sejam jogados cada vez mais para o alto. Há, é verdade, a necessidade de um realinhamento.

Tudo indica que a correção da defasagem nos preços públicos contribuirá para elevar a inflação a mais de 30% no decorrer deste mês. Essa previsão, realista, é baseada nos últimos aumentos que, em poucas semanas, superam o índice de mais de 100% em produtos e serviços básicos da economia, como energia elétrica, derivados de petróleo e produtos siderúrgicos.

É preciso compreensão e sacrifício de todos, e não apenas de alguns. O atual realinhamento de preços tem de ser feito de maneira a não pressionar excessivamente a inflação. Reajustes elevados, com o argumento de se compensar perdas passadas, são vistos como atitudes coerentes, de quem quer retomar suas atividades nos mesmos níveis anteriores aos do Plano Verão. Por mais fortes e significativos, porém, esses argumentos não podem se sobrepor à atual realidade nacional, que exige muita cautela e meditação.

É preciso, também, preservar o parque industrial brasileiro, que apresenta em toda essa crise um desempenho excepcional, mantendo uma exportação, com já disse o ministro da Fazenda, que sustenta a economia brasileira. Sem isso, a situação brasileira seria muito pior que a atual.

Todos devem conter-se, incluindo o governo. Não se pode realizar nos próximos oito meses que faltam para o final da atual gestão, tudo o que não se fez em cinco anos. Os empresários estão dispostos a colaborar, mas

é necessário compenetrarem-se de que as relações comerciais interligam-se como elos de uma corrente. É que o rompimento de apenas um desses elos é suficiente para quebrar o esforço feito anteriormente.

Final, o país vive um momento muito especial: quer-se evitar uma hiperinflação às vésperas das eleições presidenciais, de uma mudança de governo e de uma crise na área externa em que o presidente da República não consegue restabelecer linhas de créditos, esticar pagamento de empréstimos e apresentar um programa de ajuste econômico convincente e de longo prazo.

Em circunstâncias normais, uma elevação de preços seria até aceitável, mas diante da atual realidade pode ter consequências catastróficas. Não é possível se curvar à hiperinflação e à desordem econômica. Ambas são indesejáveis.

Mais quatro meses e haverá a escolha, pelo voto popular, de um presidente da República, uma prova de amadurecimento do povo brasileiro quase 30 anos depois de realizadas as últimas eleições no país. A alternativa da desordem econômica e hiperinflação não combina com essa saudável manifestação e deve ser combatida com compreensão e sacrifício de toda a população.

*Celso Hahne é advogado, vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).*